
Participação comunitária como mediadora no processo dialético de transformação social: políticas públicas e identidade do morador de rua

Silvia Brandt

Mestre em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná

Especialista em Gestão do SUAS (Sistema Único da Assistência Social)

Especialista em Saúde Mental com Concentração em Prevenção à Dependência Química

Professora da Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras – FACEL

Renata Paranhos

Mestre em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi apresentar a influência da participação comunitária do morador de rua na instituição de políticas públicas para garantia de seus direitos, bem como a influência das políticas públicas na constituição da personagem morador de rua. O presente estudo utilizou a abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação (diário de campo). Foram entrevistados 7 moradores de rua, homens com idade entre 29 e 43 anos. As observações aconteceram em um espaço de execução de direitos do morador de rua – Centro POP, previsto na Política Nacional para a População em Situação de Rua. Em relação ao tratamento de dados, foram empregados procedimentos descritivo-qualitativos, submetidos a uma análise de conteúdo. O nível foi o grupal e a unidade de análise foi individual. A participação Comunitária do morador de rua na instituição de políticas públicas para garantia de seus direitos, bem como a influência das políticas públicas na constituição da personagem morador de rua foram analisadas a partir das seguintes categorias: Influência da participação comunitária do morador de rua na constituição das políticas públicas para a população em situação de rua e Influência das políticas públicas para a população em situação de rua na constituição da personagem morador de rua. Para isso, conceituou-se o processo de constituição da identidade em Ciampa (2005) e Lane (2012), a participação comunitária em Sanches (2000), Montero (2004) e Vidal (2007), bem como se definiu políticas públicas de acordo com as proposições de Hofling (2001). Concluiu-se que a participação comunitária traz benefícios tanto aos participantes quanto para a sociedade. Gerando um processo dialético de transformação da cultura local e da própria identidade individual.

Palavras-chave: Participação comunitária. Políticas públicas. Constituição da identidade. Morador de rua.

Abstract

The objective of this research was to present the influence of community participation of homeless in the institution of public policies to guarantee their rights as well as the influence of public policies in the constitution of character homeless. The present study used a socio- historical approach as guiding qualitative research. Data were obtained by means of literature, semi-structured interviews and observation (field journal). 7 homeless men aged 29 to 43 years were interviewed. The observations took place in an area of enforcement of rights of homeless - POP Center, envisaged in the National Policy on Population for the Homeless. In relation to the processing of data, descriptive and qualitative procedures were used, subjected to content analysis. The group was the level and unit of analysis was individual. The Community participation homeless in establishing public policies to guarantee their rights as well as the influence of public policies in the constitution of character homeless were analyzed from the following categories: Influences of community participation of homeless in the constitution public policies for people living on the streets and influence public policy for the population living on the streets in the formation of character homeless. For this, it is thought the process of constitution of identity in Ciampa (2005) and Lane (2012), Community participation in Sanches (2000), Montero (2004) and Vidal (2007) and defined public policy according with the propositions of Hofling (2001). It was concluded that community participation brings benefits to both participants and for society. Generating a dialectical process of transformation of local culture and individual identity.

Keywords: Community participation. Publicpolicy. Identity. Homeless.

As políticas públicas estão sempre influenciando a maneira como o indivíduo atua em seu meio, uma vez que apresentam à sociedade o seu plano de governo: diretrizes ou princípios norteadores contendo as regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade (Gonçalves, 2010).

Os planos de governo podem manter ou vir a instituir novas políticas e são gerados a partir das necessidades da população. Porém como afirma Gonçalves (2010), qualquer pauta política entra na agenda dos gestores, a partir do conflito dos seus próprios interesses versus a pressão da mobilização social.

Ou seja, a população por meio da participação comunitária, consegue fazer com que uma necessidade antes despercebida, passe a ser tratada com prioridade, gerando assim, transformação tanto nas diretrizes políticas quanto nas leis. O inverso também pode ser afirmado: à medida que novas políticas públicas são implantadas, normas e regras sociais podem ser reforçadas ou ainda modificadas, trazendo assim, transformações nas crenças e valores individuais

e coletivos que, por consequência modificarão o modo como o indivíduo se vê e age no mundo. Essas modificações influenciam o seu processo de constituição da identidade e, por conseguinte a vivência de uma personagem.

Diante de tal relevância que a participação comunitária representa na lógica dialética de produção de cultura e constituição da identidade dos indivíduos e grupos, apresenta-se a importância da participação consciente e desnaturalizada. Do contrário, conforme afirmou Lane (1989), o movimento social apenas reproduz comportamentos alienados por meio da reprodução de discursos das classes dominantes.

Sendo assim, se faz necessária a análise destas questões a partir do viés da Psicologia Social, a qual tem por objetivo a transformação das condições sociais e individuais, trabalhando com foco na emancipação de comunidades e sujeitos, por meio do desenvolvimento de uma práxis crítica e criadora (Lima, Ciampa e Almeida, 2009).

Ao falar em práxis, pontua-se a diferença entre realizar uma prática que não gere transformação e outra que gere transformação da realidade social. Para Pimentel (apud Lima, Ciampa e Almeida, 2009):

(...) práxis é a prática voltada para a transformação do real, requer “ação social material, objetiva, transformadora, que corresponde

a interesses sociais. Considerada do ponto de vista histórico social, não é apenas produção de uma realidade material, mas sim criação e desenvolvimento contínuos (p. 229).

Pode-se dizer também que a práxis é o movimento entre a teoria e a prática, uma vez que o pesquisador baseia-se na teoria para realizar a intervenção no meio, mas ao realizá-la, transforma o seu ambiente e por consequência, transforma ou cria uma nova teoria.

Se, como acredita Lane (1989), Bock (1999), Lima, Ciampa e Almeida (2009) a visão de sujeito adaptado biologicamente já não satisfaz a necessidade científica para a psicologia social, entende-se que a teoria só tem validade à medida que for confrontada na relação entre os indivíduos, bem como com as condições materiais e históricas de uma determinada comunidade.

Isto porque a visão sócio-histórica do homem o compreende dentro do materialismo-histórico e lógica dialética. Por materialismo-histórico Lane (2012, pp. 16-17) conceitua: “o indivíduo como um ser concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social”. E a lógica dialética pode-se explicar quando o indivíduo realiza ações encadeadas no mundo (atividade) e recebe uma resposta deste (tanto a ação quanto a resposta do mundo são mediadas pela linguagem e pelo pensamento – plano de ação). Ao receber a resposta de seu meio, o qual é constituído por crenças, valores, diferentes

subjetividades individuais e diversas instituições (família, escola, igreja, etc), o sujeito reflete sobre os sentidos pessoais atribuídos aos fatos, gerando consciência de si e dos outros envolvidos, então planeja e depois executa nova ação, retornando o processo inicial. (Lane, 2012). Sendo assim, o homem é produtor de uma realidade, ao mesmo tempo em que é transformado por ela, ou como afirma Ciampa (2005, p. 54): “o homem é o ser que cria a si mesmo a todo instante, uma metamorfose permanente”.

Entendendo que a identidade de cada indivíduo é constituída na materialidade histórica de cada sociedade e de cada cultura, percebe-se que a relação com as políticas públicas são de extrema relevância, uma vez que as diretrizes políticas interferem de modo absoluto no processo de metamorfose de identidade do indivíduo, criando a nível coletivo e individual novos hábitos – maneiras de agir, pautadas em novas crenças e valores sociais.

O artigo tem como objetivo apresentar a influência da participação comunitária do morador de rua na instituição de políticas públicas para garantia de seus direitos, bem como a influência das políticas públicas na constituição da personagem morador de rua.

Para tal, no tópico 1 – Constituição da identidade, explica-se a partir da teoria de Ciampa (2005) e Lane (2012), o processo de constituição da identidade,

conceituando metamorfose e personagem. O tópico 2 – Participação Comunitária: traz a teoria deste conceito com base em Montero (2004), Vidal (2007) e Sanches (2003). No tópico 3 – Momento histórico: apresenta-se a influência dialética da participação comunitária e constituição de políticas públicas. O tópico 4 – Método apresenta o sujeito bem como as categorias de análise. No tópico 5 - Resultado/ Discussão. Tópico 6 – Conclusão.

Constituição da identidade

A análise deste trabalho, que busca apresentar a influência da participação comunitária do morador de rua na instituição de políticas públicas para garantia de seus direitos, bem como a influência das políticas públicas na constituição da personagem morador de rua, pelo viés da psicologia sócio histórica, tem como base, para a teoria da identidade os autores Ciampa (2005), Lane (2012).

A visão de homem é de um sujeito mutável que transforma o meio social no qual convive em uma dialética permanente, e ainda, compreende-se o homem dentro de uma totalidade histórica, na qual ele transforma o social e o social o transforma simultaneamente (Lane, 2012). Na mesma direção, Aguiar e Ozela (2006) afirmam que “o indivíduo

modifica o social, transforma o social em psicológico e, assim, cria a possibilidade do novo” (p.225). Neste processo dialético, histórico e social percebe-se a identidade como uma metamorfose, de forma que o sujeito constantemente articula suas referências em relação ao mundo e a si mesmo (Ciampa, 2005).

Ciampa adota o termo metamorfose para explicar as contínuas transformações que a identidade do sujeito vai sofrendo em cada momento da vida. Para o autor “metamorfose é a expressão da vida. Como tal é um processo inexorável, tenhamos ou não consciência dele” (2005, p.113). O autor acredita ainda que “ninguém muda apenas interiormente, nem sozinho”, ou seja, a mudança no aspecto subjetivo reflete-se nas atitudes que a pessoa passa a externalizar e na maneira como passa a enxergar os outros, bem como tem sua imagem refletida de modo diferente frente a esses mesmos outros. Isto pode ser explicado por Lane quando expõe que “a subjetividade se objetiva nas ações do homem sobre o seu meio, assim este meio é o que constitui objetivamente e se torna subjetivo no psiquismo humano”. (Lane, 1989, p. 149)

Ciampa explica ainda que “a identidade é constituída pelos grupos que fazemos parte” (2012, p. 64), através das atividades que exercemos no meio, pelo agir. Assim, ao descrever-se a identidade de alguém, o nome (substantivo) não descreve a totalidade de sua

identidade, mas para conhecer a identidade é necessário que se analise as ações desta pessoa. No agir, o sujeito está representando um papel social que tanto para Lane (2012) quanto para Ciampa (2005) é algo pressuposto a partir da posição que o sujeito ocupa no meio social, por exemplo, a identidade de filho, que é pressuposta a partir da existência de um pai e uma mãe. Este é um dos papéis sociais que o sujeito vivencia ao longo de sua vida, porém não o único, pois à medida que vai construindo relações sociais, novas pressuposições vão sendo dadas a ele, como no caso do objeto deste estudo, representado pelo substantivo morador de rua, mas que se reconhece a partir de sua atividade diária. Esta prática da atividade diária o reposiciona no papel atribuído socialmente. Para Ciampa (2005), estes papéis sociais, quando internalizados, passam a constituir a subjetividade individual e dão ao sujeito a possibilidade de agir no mundo, esta representação para o autor é denominada de personagem.

Para compreender-se o processo de constituição da identidade do morador de rua, é necessário ter o conhecimento de que esta se dá a partir da dialética entre as três categorias fundamentais do psiquismo, abordadas por Lane (1989): atividade, consciência e identidade, e que estas categorias “estão inter-relacionadas, umas determinando as outras através da mediação da linguagem e do pensamento” (Lane 1989,

p. 150). Bulgacov complementa esta ideia ao afirmar que “o sujeito não é algo, ele é o que faz, o fazer é sempre atividade no mundo em relação aos outros” (Bulgacov et all, 2006, p. 139).

Assim como o morador de rua, este sujeito que constitui sua identidade em logradouros públicos realiza suas atividades no meio, as quais são reflexionadas a partir da mediação de crenças e valores que se identificam com a realidade possível naquele momento histórico, da cultura e meio em que estão inseridos. De acordo com Aguiar e Ozella, a categoria mediação é “o centro organizador objetivo” (2006, p. 225) da relação entre a singularidade do sujeito e a universalidade. Assim sendo, a categoria mediação permite perceber objetos e/ou processos que interferem, significam e dão sentido a fatos e situações, constituindo a subjetividade.

Pode-se ainda demonstrar como a personagem morador de rua é constituída no processo sócio-histórico dialético, por meio da teoria sobre a mediação de Vigotski (1993), que afirma que o sujeito se constitui a partir do social, da relação com este. Vigotski (1993) considera que, mesmo a criança, antes de apreender a linguagem, já faz uso de uma fala social, que não tem a função de comunicar, mas de relacionar-se com as pessoas à sua volta, e a partir disto internaliza o que, a princípio, já existia no mundo social ou, como expõe

Ciampa (2005), aquilo que lhe é dado. A internalização, conforme aponta Dias, “é o resultado de uma série de transformações, em que o processo interpessoal (externo) converte-se em um processo intrapessoal (interno)” (Dias, 2005, p. 07). Ao abordar a teoria de Leontiev, Dias sugere ainda que a internalização é um processo que se constitui em generalizar a ação exterior (do entorno), reduzi-la dentro das ligações individuais possíveis, modificadas e ressignificadas.

Durante este processo, as ações externas são significadas. O significado para Vigotski é “uma unidade tanto do pensamento generalizante quanto do intercâmbio social”, (1993, p. 06), onde pensamento e fala se unem em pensamento verbal. É quando o sujeito passa a perceber as semelhanças e diferenças entre si e os outros, por exemplo, o morador de rua passa a perceber semelhança em hábitos, crenças e valores com outras pessoas que vivenciam a mesma situação, ao mesmo tempo em que se percebe diferente das pessoas que vivem em uma casa, desenvolvendo atividades laborativas, ou seja, inseridos socialmente.

Sendo assim, Dias complementa que, para Vigotski, a estruturação do pensamento se dá por meio das mediações entre a história social e a vida concreta de cada sujeito. Para a autora “essas mediações ocorrem através da atividade prática humana, pois ao produzir suas formas de subsistência, indiretamente o homem

se autoproduz” (2005, p. 04). E se torna como acredita Aguiar e Ozella (2006), único e singular na medida em que tem sua identidade constituída “na e pela atividade” (p.224).

Na mediação, como visto, o sujeito constrói suas crenças acerca de si e do mundo, estruturando o seu Eu. Essas crenças passam a relacionar-se com o mundo, reestruturando-se, ou seja, o entorno do sujeito lhe fornece as determinações sociais, as quais são internalizadas e servem de base para a representação de si, para a vivência da personagem.

Participação Comunitária

A participação comunitária é um conceito trabalhado pela Psicologia Social Comunitária, e tem como base teórica os autores: Montero (2004), Vidal (2007) e Sanches (2003).

Para Montero (2004) a participação comunitária significa o indivíduo estar envolvido em um fenômeno social no qual outras pessoas se encontram presentes da mesma maneira, ou seja, participar implica em tomar parte, ter parte e ser parte de um processo que gera movimento de transformação (atividade). Para a autora, nesse trabalho coletivo a pessoa transforma o meio e ela própria é transformada na lógica dialética. Esta é influenciada pelos interesses comuns aos indivíduos

do grupo, além das circunstâncias históricas em que a participação acontece.

Sanches (2003) afirma ainda, que a participação tem caráter inclusivo e é direcionada à conquista de um objetivo comum que visa satisfazer necessidades da comunidade. Sendo assim, Montero (2004) traz a ideia de que a participação comunitária tem efeito político, pois forma a cidadania, desenvolve e fortalece a sociedade civil, uma vez que aumenta a responsabilidade social. Sanches (2003) confirma esta explicação dizendo que a participação comunitária influencia a conduta dos cidadãos frente a polis.

Participar então é tomar parte em alguma atividade, e de acordo com Vidal (2007), o significado real desta dependerá em boa parte, da importância da atividade em que se participe. Pois o autor afirma que a participação é um importante elemento de legitimação e fortalecimento de um grupo ou comunidade. Vidal (2007) acrescenta que o sentimento de pertença que uma participação exitosa traz, produz desenvolvimento humano, uma vez que pressupõe um processo dinâmico duplo: o de conscientização das situações indesejadas e do que fazer para superá-las, bem como o de implicação ativa das pessoas nas mudanças consequentes.

Este processo descrito por Vidal (2007), embora o autor não use este conceito, pode ser entendido como a metamorfose da identidade, uma vez que o sujeito se

reconhece na atividade, gerando uma reflexão e nova ação dentro de novas perspectivas de crenças e valores já mediadas pela linguagem e pensamento, que são por sua vez, influenciados pela cultura e momento histórico de uma sociedade.

Entendendo então que este sujeito se constitui na materialidade histórica, e na direção do cumprimento do objetivo aqui proposto, é necessário fazer um recorte histórico, apresentando a influência dialética da participação comunitária e constituição de políticas públicas.

Momento histórico: a influência dialética da participação comunitária e constituição de políticas públicas

Hofling (2001) define políticas públicas como sendo o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas e ações específicas voltadas para setores da sociedade. Para Teixeira (2002), esses projetos de governo são diretrizes ou princípios norteadores que se apresentam em forma de documentos sistematizados contendo as “regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, que visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis” (p. 02).

Hofling (2001) e Teixeira (2002) acreditam que as políticas públicas, então, são engendradas a partir das necessidades da população, porém que são interpretadas pelos gestores que ocupam o poder, e que concedem a cada proposta de política pública, tempo e grau de prioridade de acordo com o resultado do conflito entre seus próprios interesses e “uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social” (Teixeira, 2002, p. 03).

Para Hofling (2001), a promoção de políticas sociais, que levam em sua base interesses diferentes, expressos nas relações entre os cidadãos e o Estado Capitalista¹, faz com que as mesmas sofram “os efeitos de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder” (p. 34). Vieira (1992), por sua vez, afirma que as políticas sociais nascem do modo de produção capitalista e representam a distribuição de parte desta produção, conquistas do proletariado por meio de embates e lutas contínuas contra a burguesia.

Na busca pela compreensão do processo de formação dos excluídos socialmente: população em situação de rua e a influencia da participação comunitária na constituição de políticas sociais no Brasil, vemos em Silva (2006), que não se encontra na literatura dados sobre o fenômeno população em situação de rua no Brasil. Porém, podemos observar

¹ Sistema Capitalista é aquele nos qual os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e visam lucro (acúmulo de capital).

que a própria história da Colonização do país advém das ações Capitalistas que circundavam a Europa na época. Prado Junior (1994) conta que a descoberta deste, como de todo o continente Americano, não é mais do que um capítulo da história europeia de comercialização, pois é em busca de novo roteiro para Índia que os países europeus lançam-se nas jornadas marítimas, ou seja, fruto da exploração capitalista. A Índia representava produtos de grande valia para o continente descobridor. Percebe-se então que a colonização no Brasil teve:

(...) um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que se reúne à natureza, pródiga e recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados (Prado Junior, 1994. P. 31).

A colonização traz consigo a mão de obra escrava que servia aos senhores de engenho. Após a vinda da Família Real para o Brasil, os portos são abertos e com ele os acontecimentos mundiais passam a ser conhecidos por meio de grupos que defendiam a Independência. O Brasil vivia um momento de Nacionalização, defendendo-se da retomada do Império pelos portugueses e buscando integrar as diferentes capitanias em todo o território nacional. Nesse contexto, observou-se a participação comunitária

implicando em movimentos sociais que impulsionaram o surgimento das duas primeiras constituições nacionais (Constituição de 1824 e a nova Constituição em 1891), que por terem foco na nacionalização, não consideraram a necessidade de direitos sociais.

Cruz e Guareschi (2010) afirmam que desde a Proclamação da República em 1889 até a chamada Revolução de 30, o Estado não intervinha nas relações entre capital e sociedade por não considerar papel do poder público, sendo assim, esta tarefa ficava a cargo de instituições privadas, mais fortemente a Igreja Católica.

A Revolução de 30 compreendeu o período de 1930 a 1970 e marcou uma ruptura no processo histórico brasileiro, já que, como relembra Silva (2006), este processo trouxe a destruição de um padrão de acumulação fundado em atividades econômicas de base agrário-exportadoras (oligarquias e política café com leite) para um padrão de acumulação sustentado em uma estrutura produtiva de base urbano-industrial. A Era Vargas, colocando o foco na industrialização e objetivando desenvolver um capitalismo industrial no Brasil, culminou no incentivo ao êxodo rural, ou seja, pessoas que viviam no campo passaram a mudar-se para as cidades em busca de melhores condições.

Neste crescimento populacional, somado aos que já se encontravam nas cidades, como a mão de

obra escrava que passou a ser liberta em 1888, mais os imigrantes europeus que vieram para substituí-las, as cidades cresceram de forma desordenada, sem estrutura de empregos, nem serviços públicos voltados para a educação e o trabalho. Novos hábitos e revoluções que uniram pessoas em busca de um objetivo comum - a melhoria de condições de vida surgiram e a vulnerabilidade social ficou visível aos olhos do Estado, que passou a intervir nas relações sociais, para isso alterou seu papel e passou a regular e mediar essa nova situação (Cruz e Guareschi, 2010). Neste momento histórico outorgou-se a Constituição de 1934, a qual trouxe, de acordo com Cruz e Guareschi (2010), “um conjunto de medidas de proteção ao trabalhador, que mais tarde é transformado na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assegurando-se, ainda, o direito à educação primária integral e gratuita, o amparo aos desvalidos e à maternidade e à infância” (p. 22).

Para Pontes Júnior (1993) a década de 80 no Brasil foi marcada pela má distribuição de renda, por políticas sociais ineficientes que eram desenvolvidas com base nas diretrizes da ditadura militar e pela violência contra meninos e meninas de rua, pode-se acrescentar aqui, a violência contra a liberdade de expressão e autonomia, desrespeitando o conceito de cidadania. Como o autor aponta, essa situação

gerou a sensibilização da sociedade brasileira para a mudança na legislação. E é neste contexto, de maior necessidade de mecanismos eficazes de controle da população sobre os atos do Poder Público, e em um continuum histórico de participações comunitárias e avanço nos direitos sociais, que é promulgada em 1988 a Constituição Federal.

De acordo com Vianna (2008), a Constituição de 1988, por trazer direitos relacionados à educação, saúde, assistência, previdência social, trabalho, lazer, maternidade, bem como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, de associação profissional ou sindical, de greve, de participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, etc., foi denominada pelo então presidente do Congresso Nacional de Constituição Cidadã. Para a autora, a expansão dos direitos individuais e coletivos, se apresentou como um passo importante para a entrada do Brasil no modelo de Estado de Bem-Estar-Social. Neste modelo para Teixeira (2002), o Estado passa a mediar as relações entre os trabalhadores e o Capital, garantindo-lhe tais direitos e concebendo benefícios sociais como forma de compensar os desajustes econômicos gerados a partir do desemprego e vulnerabilidades criadas pelo sistema Capitalista. Usa para isso como estratégia investimentos em desenvolvimento de programas sociais.

Porém, como expõe Loureiro e Ribeiro (2011), a década subsequente, traz em sua característica, um lado agressivo no que tange à competitividade econômica, “que marcou a abertura da economia nacional ao capital internacional e às exigências do ajuste estrutural neoliberal, ajuste que reconfigura instituições e restringe a capacidade do Estado de configurar sua política econômica com autonomia” (Loureiro e Ribeiro, 2011, p. 299), portanto, a década de 1990 é conservadora na execução dos direitos constitucionais das políticas sociais. Assim, as ações da política social passam a ser desenvolvida de forma focalizada aos mais pobres e excluídos, seguindo a ideologia neoliberal (onde o mercado deve regular as relações sociais, sem a intervenção estatal -mais mercado e menos Estado) de baixos custos e altos impactos - maior lucratividade (Loureiro e Ribeiro, 2011).

O modelo neoliberal, para Hofling (2001) defende a liberdade individual, critica a intervenção estatal e elogia as virtudes reguladoras do mercado. Montaño e Duriguetto (2010) complementam afirmando que o Estado passa a privatizar suas empresas, a reduzir custos de produção para o capital oportunizando subcontratações, realizando reformas na previdência, flexibilizando as leis trabalhistas e fazendo recortes no financiamento estatal para a área social. Neste

modelo, se por um lado o acirramento na concorrência econômica possibilita o desenvolvimento tecnológico, por outro, acentua o número de pessoas fora do mercado de trabalho, aumentando a exclusão e, por conseguinte, a vulnerabilidade social, chegando até o fenômeno população em situação de rua.

Portanto o Estado não consegue, diante dos movimentos gerados a partir da participação comunitária, tornar-se neutro como sugere o modelo neoliberal, e na nova constituição, o artigo 203 preceitua que a Assistência Social será prestada a quem dela precisar, ou seja, tendo como objetivos a proteção e o amparo aos cidadãos menos favorecidos, tanto por sua condição financeira, quanto por sua frágil condição social, como é o caso dos portadores de deficiência, crianças, adolescentes, gestantes e idosos. As políticas sociais, então, na concepção de Gonçalves (2010), aparecem dentro do contexto histórico como uma “maneira de concretizar a relação indivíduo e sociedade” (p. 31), que teria o Estado como representante da sociedade.

Destarte o Brasil encontrar-se inserido no sistema Capitalista com fortes tendências neoliberais, o governo atual defende, por meio de programas como miséria zero, dentre outros, a filosofia do Bem Estar Social. Mas fica claro que na perspectiva atual: Estado do pleno emprego, que o mercado continua sendo

foco de atenção e regulação, uma vez que, como aponta Singer (2003), o Estado teria como obrigação garantir um direito que passa a ser fundamental, o de possuir um trabalho capaz de manter o trabalhador autônomo social e economicamente.

Porém, este objetivo encontra dificuldades de ser alcançado, uma vez que, como aponta Silva (2006), o Brasil continua sendo, mesmo nos tempos atuais, uma colônia dos países desenvolvidos, pois, em suas políticas de construção de estradas, diminuição de impostos, dentre outros, para a chamada de capital externo, privilegia a tecnologia em detrimento da educação. As multinacionais aqui se instalam aproveitando-se da mão de obra barata, enquanto trazem os profissionais mais qualificados. A capacitação do trabalhador brasileiro não acompanha esta colonização globalizada e industrializada, colocando-o à margem do mercado de trabalho, e continuando o processo de exclusão.

Método

Esta pesquisa utilizou-se do método qualitativo sob a perspectiva sócio- histórica. Tal perspectiva tem como proposta superar os reducionismos das concepções empiristas com o intuito de compreender o sujeito como sendo um ser humano histórico, datado

e concreto, marcado por uma cultura específica e que, ao produzir e reproduzir a realidade social é, ao mesmo tempo, produzido e reproduzido por ela (Bock, 1999; Freitas, 2002).

Objetivo

Apresentar a influência da participação comunitária do morador de rua na instituição de políticas públicas para garantia de seus direitos, bem como a influência das políticas públicas na constituição da personagem morador de rua.

Objeto da Pesquisa

O objeto da presente pesquisa é a Política Nacional para a População em Situação de Rua e Seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e Seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Esta garante a igualdade, equidade, respeito à dignidade humana, à convivência familiar e comunitária, dentre outros. Tem como, algumas das diretrizes: promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, etc.; participação da sociedade civil e organizações da população em situação de rua na

elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, bem como incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Uma das atribuições do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de rua é: “instituir grupos de trabalho temáticos, e em especial discutir as desvantagens sociais que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social.” (Brasil, 2009, art. 10, parágrafo VI).

Percebe-se nesta atribuição descrita acima o reconhecimento dos fatores históricos sociais que geraram a exclusão, o que acentua a necessidade de estudarmos a caracterização desta população como processo de exclusão.

Sujeito da pesquisa: população em situação de rua

Para definir população em situação de rua é necessário entender o processo de exclusão. Sendo assim, a definição deste grupo de pessoas será apresentada dentro de um contexto histórico, uma

vez que até chegar-se à caracterização feita pela Política Nacional para População em Situação de rua e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), houve um período de total invisibilidade política desta parcela da população, que somente passa a ser vista a partir da participação comunitária organizada, como será visto no decorrer do artigo.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009) define no parágrafo único: Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2012), caracterizou essa população como composta por sujeitos que fazem das ruas (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos, prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) seu espaço principal de sobrevivência (moradia e sustento). É onde fazem a ordenação de suas identidades, de forma temporária ou permanente.

Corroborando com a afirmação presente na caracterização dos sujeitos de pesquisa feita pelo MDS (2012), é que apresentamos o estudo das influências, tanto da participação comunitária que se dá neste meio, quanto da execução das políticas públicas na constituição da identidade do morador de rua.

Foram entrevistados 7 moradores de rua que fazem uso diário de um espaço de exercício de direitos, um Centro POP no município de Curitiba. Todos eram homens com idades entre 29 e 43 anos. Apresentaremos os entrevistados por letras: M, 34 anos, morador de rua há 2 anos; A, 33 anos, morador de rua há 3 anos; D, 44 anos, morador de rua há 3 anos; R, 37 anos, morador de rua há 3 anos e 7 meses; N, 34 anos, morador de rua há 2 anos e 9 meses, E 31 anos, morador de rua há 1 ano, L, 29 anos, morador de rua há 2 anos.

Apresentação das categorias de analíticas

A análise centrou-se em compreender a influência da participação comunitária do morador de rua na instituição de políticas públicas para garantia de seus direitos, bem como a influência das políticas públicas na constituição da personagem morador de rua.

Mediante a confrontação da teoria estudada com os dados obtidos por meio das entrevistas semi-

estruturadas, foram criadas e conduzidas as seguintes categorias: Influência da participação comunitária do morador de rua na constituição das políticas públicas para a população em situação de rua; Influência das políticas públicas para a população em situação de rua na constituição da personagem morador de rua.

Delineamento da Pesquisa

A presente pesquisa constitui-se a partir de um estudo de caso, o qual propicia o estabelecimento de relações entre as categorias analíticas e as condições em que essas relações ocorrem. Segundo Yin (2010) o método de estudo de caso é adequado quando: “[...] o investigador tem pouco controle sobre os eventos; [...] o enfoque está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real.” (p.22).

A perspectiva orientadora foi a seccional com uma avaliação transversal; investigou-se o processo de construção de identidade do morador de rua tendo em vista a coleta de dados, que ocorreu com cada um dos moradores, que foram entrevistados uma única vez. Para o tratamento de dados foram empregados procedimentos descritivo-qualitativos. O nível de análise do estudo foi grupal e a unidade de análise foi individual, constituída por cada um dos moradores de rua.

Resultado/ Discussão

O objetivo da pesquisa foi apresentar a influência da participação comunitária do morador de rua na instituição de políticas públicas para garantia de seus direitos, bem como a influência das políticas públicas na constituição da personagem morador de rua. Baseado na teoria dos seguintes autores: Sanches (2003), Hofling (2001), Ciampa (2005), Montero (2004), Vidal (2007), Lane (2012).

Categoria: Influência da participação comunitária do morador de rua na constituição das políticas públicas para a população em situação de rua

Após a outorgação da Constituição Federal de 1988 a sociedade brasileira, iniciou um processo de transformação de sua cultura, tendo a política pública como mediadora no modo de pensar e agir de suas comunidades.

Diante deste processo de conscientização, onde o indivíduo passa a entender o meio que está inserido - Brasil, e a cultura local - leis que regem este país, passou a entender-se como cidadão de direitos, assim iniciou sua busca pelo exercício desses mesmos direitos.

O indivíduo, agora consciente de seus direitos, transforma sua identidade antes de personagem

excluído para cidadão de direitos, e passa a agir no mundo de acordo com papel ativo na cobrança da execução de tais direitos. Neste movimento, a fim de cumprir-se o que preconiza a Constituição Federal de 1988, foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, que serve de instrumento para execução efetiva das políticas sociais que são agora dever do Estado. Assim sendo, todo e qualquer cidadão que da Assistência Social precisar, terá acesso à política.

A partir dos princípios contidos na LOAS: universalização, dignidade e autonomia dos sujeitos, bem como a garantia do atendimento em Assistência Social como descentralizado, com comando único, participativo (com controle social por meio da participação comunitária) e o Estado como principal administrador responsável pela Política, é criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esta surgiu dentro de um processo democrático, contando com a participação comunitária da sociedade civil e do Estado após a IV Conferência Nacional da Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003 (Brasil/MDS, 2005).

Para Demo (1999), a construção de novos espaços de participação comunitária da sociedade civil, onde podem vir a serem discutidas, de forma pública e democrática, as questões relacionadas às políticas

sociais, representa um considerável avanço no que diz respeito às políticas públicas no Brasil. A participação para o autor é uma conquista que traz consigo mudanças em termos de igualdade democrática, por intervir no processo de criação, execução e avaliação das políticas públicas.

E nestes espaços de participação comunitária que permitem o desenvolvimento humano, trazendo conscientização e responsabilidade social, moradores de rua a partir da indignação com a violência e o descaso em relação a si e seus pares, passaram a desenvolver atividades encadeadas com o objetivo comum de transformação desta realidade.

O descaso percebido e recebido pelas pessoas em situação de rua foi tal que, apesar do processo de exclusão não ser desconhecido, a própria PNAS não traz a questão da população em situação de rua. É a partir da lei nº 11.258/05, a qual inclui o parágrafo único do artigo 23 da LOAS, que são inseridos programas para essas pessoas, e que a partir deste momento são reconhecidas como sujeitos de direitos, e somente aí é que passam a fazer parte da agenda política. Contando inclusive com realização da primeira Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, com o intuito de quantificar e permitir a caracterização do grupo, em 2007/2008, pelo MDS (Brasil, 2008).

A política para o morador de rua somente surgiu por meio da participação comunitária, quando a indignação com a violência e o descaso em relação às estas pessoas fez com que alguns moradores de rua se organizassem em grupos e, por meio de mobilizações, marchas, encontros nacionais e encontro com o então presidente da República, etc., culminou na construção e publicação do Decreto Lei 7.053 de 2009 – Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009). Esta conquista fortaleceu um grupo que se denominou Movimento Nacional para a População em Situação de Rua (MNPR), criando aos indivíduos participantes um novo personagem, não mais apenas o personagem cidadão de direitos, mas o personagem cidadão de direitos e participante ativo na criação e monitoramento de políticas públicas.

Em Curitiba/PR este grupo vêm conquistando paulatinamente seu espaço junto aos serviços de assistência social, a medida em que a atividade transformadora deste grupo permanece em constante movimento social. E a partir do que preconiza tal lei, no ano de 2012 passaram a reunir-se em um espaço próprio, chamado de Centro de Defesa da População em Situação de Rua.

Hoje o grupo ocupa espaço garantido pela política junto à órgãos representantes do governo no município de Curitiba, a fim de elaborar, acompanhar e monitorar

os planos de ação dos serviços sócio assistenciais, por meio do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, conforme relato do representante do MNPR². O representante expõe ainda que os objetivos do MNPR são a conquista: “do respeito às condições sociais, do atendimento humanizado e da valorização e respeito à vida e a cidadania”³. Tal fala demonstra a responsabilidade social criada pela identificação com um grupo que está em movimento de participação comunitária.

No dia 17/08/2012, o MNPR promoveu em Curitiba, o ato em celebração ao Dia Nacional de Luta da População de Rua, com o *slogan*: “O que mata em Curitiba não é o frio, nem a violência, mas sim a falta de políticas públicas”. No mesmo mês que em 2004 ocorreu a Chacina da Sé, o MNPR se reuniu para pedir por mais intervenção do Estado por meio de Políticas Públicas. Souza, um dos líderes do MNPR, diz: “Muitas pessoas em situação de rua foram queimadas, esfaqueadas, assassinadas e as autoridades não se preocupam em solucionar os casos” (CRESS/PR, 2012).

De acordo com Pousa Junior (2011), antes da publicação do Decreto 7.053/09 havia falta de

conceituação jurídica acerca do termo “morador de rua”, o que dificultava a criação de normas protetivas, até por não contarem com subsídios referentes ao perfil específico dessa população. Fato este que muda com a publicação dos resultados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre 2007 e 2008. Pousa Junior (2011) aponta ainda para a importância da criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento desta população, que aproxima os gestores da população específica e permite o desenvolvimento mais adequado de ações em parcerias com gestores municipais, representantes de moradores de rua, organizações não governamentais (Ong’s), Igrejas, Ministério Público e Defensoria Pública. Em Curitiba/Pr foi anunciada em 28/08/2012 a criação deste comitê.

Categoria: Influência das políticas públicas para a população em situação de rua na constituição da personagem morador de rua

De acordo com Colin (Brasil, 2011):

A Política Nacional para População em Situação de Rua, ao elencar seus objetivos previu a implantação de centros de referência

2 O representante do MNPR, é um morador de rua. Esta afirmação foi feita durante a inauguração de um equipamento de execução da política social no Município de Curitiba em 04/12/2012.

3 Estes objetivos constam no discurso que o representante fez na inauguração do equipamento, destinado a atender a população em situação de rua em 04/12/2012.

especializados para o atendimento a esse segmento no âmbito da política de assistência social, lançando bases para que, em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais prevísse a implantação desta unidade no SUAS, o que passou a ser apoiado pelo MDS a partir de 2010.

São nestes espaços que a nova personagem do morador de rua terá sua metamorfose. Vimos no até aqui que ao longo da história os excluídos sofreram metamorfose em suas identidades transformando-se de cidadãos excluídos, para cidadãos de direitos e depois cidadãos de direitos e participante ativo na criação e monitoramento de políticas públicas.

Da mesma forma que as políticas públicas sofreram influência da participação comunitária em suas constituições, o próprio morador de rua terá sua metamorfose iniciada à medida que frequente os espaços de exercício dos direitos conquistados.

Valencio, Pavan e Siena (2008) afirmam que a sociedade enxerga a população em situação de rua com desconfiança, culpabilizando-os pela situação vivenciada e procurando fazer com que a presença deles não seja percebida. Percebe-se diante disto a personagem: morador de rua contraventor.

Durante a pesquisa, foram formuladas perguntas que se referiam à forma como eles se enxergavam, isto porque de acordo com Ciampa (2012) a identidade é constituída pelos grupos aos quais

fazemos parte. A maneira como se verbaliza esta autopercepção traz o sentido que se emprega a sua identidade pressuposta pelo seu grupo social. Dos 7 entrevistados, 6 responderam a pergunta de como se vêem de maneira positiva. Como podemos observar na transcrição do discurso dos entrevistados M e A.

Entrevistado M: ágil, independente, imprevisível.

Entrevistado A: “Eu me vejo uma pessoa feliz, alegre, bem com a vida, sempre sorridente, é isso aí...”

Consoante ao que afirma Ciampa (2012), a “identidade do outro reflete na minha e vice versa” (pag.59). Pode ser observado no relato dos entrevistados quando questionados como são vistos pelo grupo de amigos.

Entrevistado A: Me vêem como um cara legal, que só precisa melhorar um pouco, tipo... arrumar um emprego e uma casa etc

Entrevistado D: uma pessoa educada

Entrevistado M: paciente, cauteloso, às vezes lento demais.

Quando questionados a respeito de como a sociedade os vêem, existe uma contradição de como eles se identificam, pois se apresentam de acordo com o predicado fornecido as suas identidades pelo discurso social:

Pesquisadora: como a sociedade te vê?:

Entrevistado D: assaltante, bandido, homicida

Entrevistado R: mais ou menos... não dá crédito, né?

Entrevistado A: um cara que fica fazendo bagunça na rua, que fica incomodando os vizinho. Que é um vagabundo que fica usando drogas na praça.

Entrevistado M: (entrevistado pega uma imagem em cima da mesa, dentre uma variedade de imagens, que continha um animal exótico e uma legenda: salvem os feios, mostra a imagem e verbaliza) A sociedade me vê como uma anomalia, algo fora do comum.

A fala dos quatro (04) entrevistados demonstra um consenso na forma de se enxergar frente à sociedade, gerando assim uma diferenciação de suas características individuais com as características predicadas pela sociedade por meio da linguagem. Embora ao falar de si, usem conceitos diferentes deste predicado, ouvem e assumem para si esta cultura emitida, quando por exemplo o entrevistado N diz:

Entrevistado N: Se a sociedade fica falando isso tudo de mim, então eu vou deixar que os nória roubem os carros. Eu cuido dos carro, não roubo, mas é isso que pensam de mim... então eles vão ver, vou deixar.

Esta fala denota a aceitação da personagem contraventor, ou ainda quando assumem que fazem suas necessidades em frente ao portão das casas da

vizinhança mesmo afirmando ter o conhecimento de não ser ético:

Entrevistado R: eu faço cocô no portão do vizinho, sei que é errado, mas eu sou morador de rua bandido, não sou?

Em contra partida, percebem-se semelhantes àqueles que vivem na mesma condição. Tal percepção, mais a aceitação não raciocinada do discurso social dominante, aliena este morador de rua, naturalizando-o, ou seja, como propõe Monteiro (2004), passam a tratar o conceito: morador de rua, dentro de uma estrutura própria de valores, tendências, preferências e ações. Cristalizando assim a personagem primária morador de rua, já que esta, de acordo com Ciampa (2005) se constitui na relação com o outro, é um jogo de contrários:

Entrevistado E: sou diferente dos playboys que vivem na sociedade, mas sou igual aos brothers que vivem na rua, ah mano eu sou dingo!

Foi interessante observar o movimento do grupo de moradores de rua durante as semanas de pesquisa. Ao se identificarem como *dingos* passaram a brincar no pátio com este novo conceito, promovendo o processo de familiarização. Montero (2004) define familiarização como mecanismos de classificação,

categorização, etiquetamento, denominação e explicação, que sujeitos a uma lógica específica, tornam o estranho em algo familiar. E neste contexto, a pesquisadora pergunta o que significa *dingo*, a resposta foi dada por E, e reafirmada pelo grupo:

Entrevistado E: Ab, dingo somos nós que vive na rua, usamos nossa droga, mas a gente vem aqui no Centro Pop, toma banho, troca ropa... então não somos como esses mendigos da rua que não querem saber de nada.

Foi possível ver aqui que o fato de sentir-se pertencente a um grupo que participa de um espaço de exercício de direitos conquistados, é determinante para a realização de nova metamorfose, surgindo a personagem morador de rua dingo. Este processo de metamorfose pode ser exemplificado na fala dos entrevistados E e L:

Entrevistado E: Eu saí da casa da minha mãe e fui direto pra EAS do centro

Entrevistado L: Vixi, passei vários tempos na rua, não ia na EAS não. Não gosto de lá. Mas agora eu venho aqui no Centro Pop. Venho pra não ficar na rua, quero ser mais mendigo não.

Ao responder o que mudou na vida de cada morador de rua, desde que passaram a frequentar o

espaço de execução de direitos, todos são unânimes ao dizer que a vivência da rotina, o acolhimento dos profissionais e a possibilidade de passar o dia realizando atividades que tem como finalidade a reinserção social, diminuíram o uso das substâncias psicoativas, que antes era indiscriminado, e que agora se percebem prontos para iniciar a busca por uma oportunidade de trabalho.

Entrevistado N: Ab, eu tirei todos os meus documentos, agora tenho que trabalhar pra poder alugar um espaço pra mim poder ver minha família.

Entrevistado M: Olha, o que mudou na minha vida neste ano que estive no Centro Pop? Ab... eu passo o dia aqui, aí não sinto vontade de usar a droga de dia. Consigo trabalhar, cuido de carros ali na República Argentina. Ainda não parei com o uso da droga, mas diminuí. Acho que os educadores e os técnicos tratam a gente muito bem, são uma família. Isso me faz bem, eu me sinto como se tivesse uma família. Agora to mais firme na vontade de parar de usar a droga e conseguir voltar pra sociedade.

Entrevistado A: a gente aqui tem hora pra tomar café, almoço, toma banho. Na rua não, a gente não tem hora pra nada, faz o que quer, como quer. E na sociedade a gente precisa ter né? Precisa querer aceitar as regras.

Foi possível observar então, que o fato desses moradores participarem de um espaço voltado a garantia de seus direitos e exercício de sua cidadania, os faz sentirem-se pertencentes. O novo ambiente

que se encontram inseridos, a vivência de novos hábitos, a possibilidade de troca de informações sobre crenças e valores, permite uma nova metamorfose em suas identidades, passando de moradores de rua contraventores para moradores de rua dingos que estão preparados para serem inseridos.

O que pôde ser concluído nesta categoria de análise, é que a identidade do sujeito é a de excluído socialmente, e a personagem morador de rua vai sofrendo metamorfoses ao longo do processo sócio histórico de participação comunitária.

Conclusão

Como expõe Montero (2004), a participação comunitária traz benefícios tanto aos participantes quanto para a sociedade. Pois a maioria das pessoas que participam de movimentos sociais, gerando conquistas de objetivos que tragam benefícios à comunidade, são membros da mesma e atuam para satisfazer as necessidades que os afetam. Sendo assim, ao mesmo tempo em que modificam a cultura local, modificam-se a si próprios durante a vivência desta nova condição social.

Isto fica claro no decorrer da pesquisa, uma vez que pudemos observar a partir da necessidade de maior segurança e condições dignas de vida, que um grupo de moradores de rua se uniu, e por meio da participação comunitária alcançaram o objetivo de implantação de uma política nacional para a população em situação de rua, a qual garante a criação de espaços que atendam essas pessoas com o intuito de execução de seus direitos. Os moradores de rua, mesmo os que não participaram de tal movimento, mas que se inseriram nestes espaços tem a possibilidade de promoção de conscientização de sua realidade enquanto sujeitos de direito, de qual é o meio onde se encontram inseridos e de inúmeras possibilidades de metamorfoses.

Percebeu-se a relação dialética na transformação da realidade. A partir das necessidades individuais, um grupo se une, impulsiona a criação de uma política, que volta para a sociedade em forma de benefício, não somente para um grupo específico (moradores de rua), mas também para a sociedade como um todo, uma vez que a emancipação de tais cidadãos gera a autonomia e diminuição das diferenças sociais.

Referências - regras da APA

- Aguiar, W. M. J. e Ozella, S. (2006). Núcleos de Significação como Instrumento para Apreensão da Constituição dos Sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 [2], pp. 222-245.
- Brasil (2009). Constituição Federal do Brasil – atual. Até a Emenda Constitucional nº 57 de 18 de dezembro de 2008. São Paulo: Escala.
- Brasil (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS. Obtido em 31 de outubro de 2008 em <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretariade-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/pesquisas>
- Brasil/MDS (2005). Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS. Brasília, jul.
- Brasil/MDS (2011). Suas e população em situação de rua. Volume 3. Brasília: Gráfica e Editora Brasil (Ltda).
- Brasil. (2009). Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Obtido em 15 de dez de 2010, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm
- Bock, A.M.B. (1999). Aventuras do Barão de Munchhausen na psicologia. São Paulo: Cortez.
- Bulcakov & Camargo (2006). Identidade e emoções. Curitiba: Travessa dos Editores.
- EDUC.CRESS/PR (2012). Paraná terá Centro de Defesa da População em Situação de Rua. Obtido em <http://www.cresspr.org.br/?s=morador+de+rua&x=0&y=0>
- Castro Loureiro, B. R., & Ribeiro, D. C. (2011). Política social neoliberal: expressão da necessária relação estado/capital em tempos de crise estrutural do capital. *Mediações- Revista de Ciências Sociais*, 16(1), 292-308
- Ciampa, A. C. (2005). A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo: Brasiliense
- _____. Identidade (2012) In S.T.M. LANE, & W. CODO. (Org.) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, p. 58-75.
- Demo, P. (1994). *Participação é conquista*. 4.ed. São Paulo: Cortez, E.C.A. – Criança e Adolescente. (2001): *Prioridade Absoluta. Política Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná – CEDCA*. Curitiba.
- Dias, M. H. S. S. M. (2005). A psicologia sócio-histórica na clínica: uma concepção atual em psicoterapia. *Revista da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro SPTM*, 9(1), 67-77. Obtido em http://www.ipaf.com.br/arquivos/artigos/artigo_m_helena.pdf.
- Cruz, L. R. e Guareschi, N. (2010) *Políticas Públicas e Assistência Social – diálogo com as práticas psicológicas*. Editora Vozes, 2ª ed.
- Gonçalves, M. G. M. (2010) *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*. São Paulo:Cortez.

- Höfling, E. D. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, 21(55), 30-41.
- Montaño, C e Duriguetto, M. L. (2010). *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez.
- Lane, S (2012). Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S.T.M. LANE, & W. CODO. (Org.) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense. p.10-19
- Lane, S. (1989). Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético. In Hutz, C. S. (Org.), *Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP* (pp. 147-155). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. Obtido em maio de 2013 em <http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An02T18.pdf>
- Lima, A. F; Ciampa, A. C; Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política?: A proposta de psicologia social crítica de Silvia Lane. *Revista Psicologia Política*. 9 (8), 223 - 236
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitária. Desarrollo, conceptos y procesos*. Editorial Paidós. Buenos Aires.
- Prado Junior, C. (1994) *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição.
- Pousa Junior, E. F. (2011). Políticas públicas para inclusão social dos moradores em situação de rua. Um resgate por cidadania. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2778 Obtido em 27 de novembro de 2011 em <http://jus.com.br/revista/texto/18448>
- Sachs, I. (2003) *Inclusão Social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho Decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sandoval, S. (1994). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In. M.J.Spink. *A cidadania em construção: Uma reflexão interdisciplinar*. p. 59-74.
- Silva, M. L. L. (2006). *Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade de Brasília.
- Singer, P. (2003). A cidadania para todos. In J. Pinsky, & C.B. Pinsky. (Org) *História da cidadania*. São Paulo: context. p. 191 - 263.
- Teixeira, E. C. (2002). O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR-BA), Salvador.
- Valencio, N. F. L. da S., Pavan, B. C., Siena, M, Marchezini, V. (2008). Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605.
- Vianna, M. (2008). A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica. *Praia Vermelha, Estudo de política e teoria social*. Rio de Janeiro, 18(1), p.120-144. jan/jun.
- Vidal, A. S. (2007). *Manual de Psicologia Comunitária*. Barcelona: Psicologia Pirâmide.
- Vigotski, L.S. (1993). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e método*. 4ª edição. Bookman: Porto Alegre.